

Ofício nº 127/2025/SHBJ

Rio Negro/PR, 05 de dezembro de 2025

Assunto: Respostas ao Ofício nº 247/2025 – CMRN, referente à necessidade de repasses municipais ao Hospital Bom Jesus no exercício de 2026.

Senhores Vereadores,

É com grande satisfação que registramos nosso reconhecimento pelo apoio desta Casa Legislativa ao trabalho desenvolvido pelo Hospital Bom Jesus. A confiança dos senhores e senhoras vereadores é motivo de honra e reforça nosso compromisso com a saúde da população.

No entanto, é nosso dever esclarecer que, embora valioso, o montante atualmente previsto para repasses não será suficiente para garantir a plena continuidade das atividades do HBJ, considerando os custos operacionais e as limitações estruturais enfrentadas pela instituição.

Situação financeira atual

Apenas a folha de pagamento dos funcionários, de acordo com as diretrizes salariais do Sindicato dos Servidores da Saúde (Sindesc), representa um custo mensal aproximado de R\$ 285.000,00, totalizando R\$ 3.420.000,00 anuais, vale salientar que trabalhamos com o número bem reduzido de colaboradores.

Com um repasse mensal de R\$300.000,00, sem exigências de contrapartidas como a contratação de sobreavisos de ortopedia, conseguiremos manter o HBJ de portas abertas, prestando serviços de baixa e média complexidade, como internamentos, cirurgias geral, ECG, cirurgias de pequenos procedimentos, números de exames de RX, número de consultas de especialidades.

O modelo de repasse atualmente proposto pelo Executivo, baseado exclusivamente na remuneração por contratação de serviços, não oferece segurança financeira, previsibilidade nem estabilidade operacional para 2026. Além disso, a contratação de serviços não é exclusividade do HBJ, sendo necessário que a Secretaria de Saúde realize essas contratações de forma igualitária com os demais prestadores interessados em realizar exames ou procedimentos. Soma-se a isso o fato de que a projeção anual de recursos previamente estabelecida para procedimentos e consultas é insuficiente, comprometendo ainda mais a viabilidade financeira e operacional do hospital e a continuidade da prestação de serviços essenciais.

A Diretoria considera que o modelo mais adequado seria híbrido, composto por:

- Parcela fixa mensal: Garantindo infraestrutura, equipe mínima, sobreavisos e demais custos estruturais essenciais;
- Parcela variável: Vinculada à produção assistencial real (consultas, procedimentos, internações), assegurando proporcionalidade entre demanda e receita.

Hoje os recursos municipais recebidos através de Fomentos são aplicados majoritariamente em folha de pagamento, incluindo salários, encargos e benefícios; plantões médicos, abrangendo plantões presenciais e sobreavisos; e insumos e materiais médico-hospitalares para assistência direta aos pacientes.

Respeitando integralmente as destinações definidas pelo Executivo, aplicando os recursos conforme as finalidades previamente estabelecidas.

Sem a subvenção complementar, existe risco real de paralisação total dos serviços, pois a receita proveniente apenas da contratação de serviços não cobre custos essenciais. Isso se deve, inclusive, ao fato de procedimentos complexos requererem repasse de honorários médicos (ex.: ultrassom, laudo de RX).

Além disso, o Hospital enfrenta:

- Baixo fluxo de atendimentos: A receita média de repasse estadual é de R\$ 80.000,00/mês, insuficiente para cobrir folha, plantões e insumos;

- Receitas complementares limitadas: Convênios e atendimentos particulares somam cerca de R\$ 180.000,00, ainda insuficientes, considerando que dívidas anteriores estão sendo sanadas.

Isso se deve também pela ausência de UTI que impede a realização de procedimentos de maior complexidade (ex.: cirurgias bariátricas e ortopédicas), e com valores mais expressivos, resultando em perda de receitas que poderiam contribuir para o equilíbrio financeiro.

Considerações gerais

- A tabela SUS não sofre reajuste desde 1992; hospitais filantrópicos em todo o país enfrentam dificuldades financeiras, reforçando a importância de apoio de Prefeitura, Governo e comunidade.
- A Diretoria ampliou os serviços, como abertura da Sala do Rx, interditada desde 2023, salas de ambulatório, com consultas de especialidades médicas, como pediatria, cardiologia, oftalmologista e também exames de ultrassom e cardiológicos, mas ainda sem grande retorno financeiro.
- Busca também junto ao governo estadual proposta de credenciamento para cirurgias eletivas (“mutirão de cirurgias”) e pleito junto a deputados e Secretaria de Saúde para construção de UTI, sem sucesso até o momento, também busca parceria com outras instituições de saúde e com municípios vizinhos.

Diante deste cenário, reforçamos que a subvenção municipal é indispensável para garantir a continuidade e qualidade do atendimento prestado pelo Hospital Bom Jesus, assegurando que a população de Rio Negro continue recebendo serviços de saúde essenciais.

Atenciosamente.

Carlos Schlichting

Presidente

Comissão de Finanças e Orçamento

Câmara Municipal de Rio Negro

R. Dr. Vicente Machado, 148– Centro

Rio Negro- Paraná

CEP: 83.880-000